

DECOLONIALIDADE E BIODIVERSIDADE: A EMANCIPAÇÃO DOS SABERES LOCAIS EM MOÇAMBIQUE E BRASIL

DECOLONIALITY AND BIODIVERSITY: THE EMANCIPATION OF LOCAL KNOWLEDGE IN MOZAMBIQUE AND BRAZIL

DESCOLONIALIDAD Y BIODIVERSIDAD: LA EMANCIPACIÓN DE LOS CONOCIMIENTOS LOCALES EN MOZAMBIQUE Y BRASIL

Reinato Andrade Tembo Xavier¹, Sandro Benedito Sguarezi², Flavio Bezerro Barros³, Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo⁴, Allan Kardec Pinto Acosta Benitez⁵, Graciele Marques dos Santos⁶, Elisangela Pires da Silva⁷

DOI: 10.54899/dcs.v23i92.6183

Recibido: 16/06/2026 | Aceptado: 09/07/2026 | Publicación en línea: 16/07/2026.

RESUMO

As relações entre biodiversidade e saberes tradicionais têm despertado crescente interesse nos debates sobre justiça socioambiental, conservação da natureza e pluralidade epistemológica. Em diferentes regiões do Sul Global, conhecimentos associados ao uso de plantas medicinais permanecem presentes nas práticas cotidianas de comunidades que, ao longo da história, enfrentaram processos de subalternização decorrentes da colonialidade do poder e do saber. Este artigo analisa as relações entre decolonialidade, biodiversidade e saberes tradicionais em Moçambique e Brasil, tomando como referência o Distrito de Tsangano, na Província de Tete e comunidades quilombolas Sete Barreiros e Pé de Galinha/MT. A investigação adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e amostragem bola de neve, articulando revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas realizadas com moradores da comunidade. A análise revela que os conhecimentos relacionados às plantas medicinais continuam integrando sistemas locais de cuidado, formas de transmissão cultural e estratégias de interação com o ambiente. Tais práticas evidenciam a permanência de saberes historicamente marginalizados, ao mesmo tempo em que expressam modos de resistência frente à homogeneização cultural e epistemológica produzida pelos processos coloniais e suas continuidades contemporâneas. Os achados indicam que a valorização desses conhecimentos favorece a conservação do patrimônio biocultural e

¹ Doutor em Ciências Ambientais, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil. E-mail: andrade.xavier@unemat.br

² Doutor em Ciências Sociais-Sociologia, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil. E-mail: sandrosguarezi@unemat.br

³ Doutor em Antropologia, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil. E-mail: flaviobarros04@yahoo.com.br

⁴ Doutora em Ciências Ambientais, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil. E-mail: melo.sonia@unemat.br

⁵ Doutor em Estudos de Cultura Contemporânea, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Mato Grosso (SECITECI), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: allanbenitez@secitec.mt.gov.br

⁶ Doutoranda em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil. E-mail: graciele.marques@hotmail.com

⁷ Doutora em Contabilidade, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, Mato Grosso, Brasil. E-mail: elisangela.pires@unemat.br

fortalece vínculos identitários e comunitários. Sob a perspectiva decolonial, os saberes tradicionais emergem como formas legítimas de produção de conhecimento, capazes de ampliar as reflexões sobre sustentabilidade, diversidade cultural e alternativas às racionalidades hegemônicas que orientam a relação entre sociedade e natureza.

Palavras-chaves: Saberes Locais. Saúde Pública. Vida Selvagem.

ABSTRACT

The relationship between biodiversity and traditional knowledge has sparked growing interest in debates on socio-environmental justice, nature conservation, and epistemological plurality. In various regions of the Global South, knowledge associated with the use of medicinal plants remains present in the daily practices of communities that, throughout history, have faced processes of subordination stemming from the coloniality of power and knowledge. This article analyzes the relationships between decoloniality, biodiversity, and traditional knowledge in Mozambique and Brazil, focusing on the Tsangano District in Tete Province and the Quilombola communities of Sete Barreiros and Pé de Galinha, Mato Grosso. The research adopts a qualitative approach—exploratory and descriptive in nature—using snowball sampling, combining a literature review with semistructured interviews conducted with community residents. The analysis reveals that knowledge related to medicinal plants continues to be an integral part of local care systems, forms of cultural transmission, and strategies for interacting with the environment. Such practices highlight the persistence of historically marginalized forms of knowledge, while also expressing modes of resistance against the cultural and epistemological homogenization produced by colonial processes and their contemporary continuations. The findings indicate that valuing this knowledge promotes the conservation of biocultural heritage and strengthens ties to identity and community. From a decolonial perspective, traditional knowledge emerges as a legitimate form of knowledge production, capable of broadening reflections on sustainability, cultural diversity, and alternatives to the hegemonic rationalities that guide the relationship between society and nature.

Keywords: Local Knowledge. Public Health. Wildlife.

RESUMEN

Las relaciones entre la biodiversidad y los saberes tradicionales han despertado un interés creciente en los debates sobre la justicia socioambiental, la conservación de la naturaleza y la pluralidad epistemológica. En diferentes regiones del Sur Global, los conocimientos relacionados con el uso de plantas medicinales siguen estando presentes en las prácticas cotidianas de comunidades que, a lo largo de la historia, se han enfrentado a procesos de subalternización derivados de la colonialidad del poder y del saber. Este artículo analiza las relaciones entre la descolonialidad, la biodiversidad y los saberes tradicionales en Mozambique y Brasil, tomando como referencia el distrito de Tsangano, en la provincia de Tete, y las comunidades quilombolas de Sete Barreiros y Pé de Galinha (Mato Grosso). La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo, con un muestreo en bola de nieve, que combina una revisión bibliográfica y entrevistas semiestructuradas realizadas a los habitantes de la comunidad. El análisis revela que los conocimientos relacionados con las plantas medicinales siguen formando parte de los sistemas locales de cuidados, las formas de transmisión cultural y las estrategias de interacción con el entorno. Dichas prácticas ponen de manifiesto la persistencia de

saberes historicamente marginados, al tiempo que expresan formas de resistencia frente a la homogeneización cultural y epistemológica producida por los procesos coloniales y sus continuidades contemporáneas. Los resultados indican que la valorización de estos conocimientos favorece la conservación del patrimonio biocultural y fortalece los vínculos identitarios y comunitarios. Desde la perspectiva descolonial, los saberes tradicionales surgen como formas legítimas de producción de conocimiento, capaces de ampliar las reflexiones sobre la sostenibilidad, la diversidad cultural y las alternativas a las racionalidades hegemónicas que orientan la relación entre la sociedad y la naturaleza.

Palabras clave: Saberes Locales. Salud Pública. Vida Silvestre.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A floresta tropical de Tsangano apresenta uma característica típica do planalto, descartando-se pela biodiversidade e pelo valor medicinal às comunidades locais. Segundo Marzoli (2007), a diversidade florística em regiões de altitude em Moçambique é um pilar para a manutenção da vida silvestre e humana. Além disso, a dependência da população em relação aos solos produtivos e recursos florestais reflete o que Cunningham (2001) descreve como a interdependência essencial entre a saúde do ecossistema e a sobrevivência das espécies. Essa relevância socioecológica tem motivo, conforme aponta Mittermeier *et al.* (2004), um crescente interesse governamental pela preservação de ecossistemas tropicais que funcionam como refúgios de biodiversidade.

A região foi considerada como um local de endemismo, por abrigar enorme biodiversidade e por ser a preferência da ação antrópica. Sendo um lugar de variedade de espécies, deve merecer o privilégio de conservação, uma vez que, como defendem Myers *et al.* (2000), áreas de alta endemismo sob pressão humana representam prioridades globais de preservação. As mulheres constituem a maioria dos habitantes da região e, conforme observa Shiva (2002), são elas que detêm o conhecimento tradicional sobre o ambiente natural, retirando dele recursos vitais para o sustento familiar. No entanto, a exclusão dessas mulheres nos processos de tomada de decisão reflete o que Casimiro (2004) identifica como a persistência de estruturas patriarcais herdadas do período colonial em Moçambique. Essa desigualdade que assola as mulheres é, portanto, uma questão de justiça socioambiental que exige uma visão interseccional das opressões

(Crenshaw, 2002).

As comunidades locais e especialmente as mulheres visitam com muita frequência a floresta para retirarem partes de plantas medicinais substâncias com teor químico medicinal. Segundo Buschi *et al.* (2011), o conhecimento etnobotânico em Moçambique é um recurso vital, especialmente em áreas rurais onde a medicina tradicional é a primeira linha de cuidado. Esse uso frequente para o tratamento de enfermidades como malária, diarreia é corroborado por Bandeira, Albino e Magalhães (2001), que destacam a importância da preservação dessas espécies para a segurança sanitária das populações locais. Além disso, a eficácia dessas plantas no combate a patologias complexas, como mencionadas por Xavier, Silvia e Lima, (2021), tem sido objeto de estudos de triagem fitoquímica que, conforme Ribeiro *et al.* (2010), visam validar cientificamente as propriedades terapêuticas da flora africana.

As comunidades adquiriram conhecimentos de uso de plantas medicinais através de seus antepassados, mantendo o patrimônio cultural que, conforme explica Quijano (2005), sofreu tentativas de apagamento pela colonialidade do poder, que impôs padrões eurocêntricos sobre a natureza e a autoridade das colônias (Palermo, 2019). Atualmente esse meio ambiente está em risco pela atividade antrópica, evidenciada pelo corte desenfreado de árvores e poluição química, o que representa um ataque físico aos ecossistemas (Xavier; Silva; Lima, 2021). Diante dessa degradação, Leff (2001) argumenta que a racionalidade ambiental exige uma nova forma de organização social. Portanto, torna-se urgente a educação das comunidades, pois, como defende Reigota (2017), a educação ambiental é o dispositivo fundamental para restaurar o equilíbrio entre o homem e a natureza e garantir a sobrevivência das futuras gerações.

Este artigo analisa as relações entre decolonialidade, biodiversidade e saberes tradicionais em Moçambique e Brasil, tomando como referência o Distrito de Tsangano, na Província de Tete. A reflexão concentra-se na permanência de práticas e conhecimentos historicamente marginalizados por perspectivas eurocêntricas, discutindo de que maneira a abordagem decolonial pode contribuir para o reconhecimento e a valorização desses saberes como patrimônio biocultural.

Parte-se da compreensão de que a dominação eurocêntrica não se restringiu às dimensões política e econômica, mas envolveu também a imposição de referenciais culturais e epistemológicos que estabeleceram hierarquias entre diferentes formas de conhecimento. Nesse processo, saberes, práticas e crenças locais passaram a ser frequentemente classificados como inferiores, irracionais ou desprovidos de legitimidade científica, fenômeno que Quijano (2005)

conceitua como colonialidade do saber.

Embora o colonialismo tenha sido formalmente encerrado em grande parte do mundo, muitos de seus pressupostos permanecem presentes nas instituições, nos sistemas educacionais, nos meios de comunicação e nas formas de produção do conhecimento. Essas continuidades contribuem para processos de invisibilização cultural e para o enfraquecimento de identidades coletivas historicamente vinculadas aos territórios e aos saberes tradicionais. Nesse contexto, a permanência dessas práticas pode ser compreendida como uma expressão de resistência cultural e epistemológica, evidenciando a capacidade das comunidades de preservar, ressignificar e exercer o que Walsh (2013) define como uma pedagogia da insurgência, baseada nos conhecimentos transmitidos ao longo das gerações.

EMBASAMENTO TEÓRICO

A relação entre decolonialidade e a biodiversidade parte do entendimento de que a crise contemporânea está profundamente ligada à herança colonial. Essa herança estabeleceu não apenas uma dominação política e econômica, mas o que Mignolo (2003) define como “colonialidade do poder”, impondo uma visão ocidental, moderna e capitalista que separa o humano da natureza. Para Porto-Gonçalves (2006), essa racionalidade moderna promove uma “geopolítica do conhecimento” que invisibiliza outras formas de se relacionar com o meio ambiente, tratando a biodiversidade apenas como recurso explorável. Nesse sentido, Quijano (2005) reforça que a classificação eurocêntrica do mundo operou uma desumanização de saberes ancestrais, enquanto Escobar (2014) argumenta que a transição para um modelo sustentável exige, necessariamente, a decolonialidade, permitindo a emergência de ontologias relacionais onde a natureza não é um objeto, mas parte integrante da exigência social. Este estudo faz parte dos estudos decoloniais, que têm como objetivo questionar e desconstruir essa maneira de pensar, dando valor às epistemologias do sul (Moçambique, 2018) e buscando alternativas para uma convivência mais sustentável com o meio ambiente.

Decolonialidade

De acordo com Mignolo (2013) e Quijano (2005) a colonialidade do saber é um sistema que cria uma hierarquia entre diferentes tipos de conhecimento, colocando a ciência moderna

como a única forma válida de enfrentar e agir no mundo. Isso faz com que os conhecimentos tradicionais, indígenas e africanos sejam sistematicamente ignorados ou marginalizados. A esse processo soma-se o epistemicídio (Santos, 2018), entendido como a destruição ativa desses conhecimentos alternativos, muitas vezes ligada ao controle de territórios e recursos naturais, como a biodiversidade. Esses conceitos mostram que a crítica decolonial vai além da política, abrangendo também aspectos culturais e epistemológicos.

Decolonialidade é a forma de tornar-se evidente as lutas dos povos contra a colonialidade através das pessoas e suas práticas sociais, políticas e epistemológicas, representando um fim a ser alcançado, para além das modificações da decolonização imposta pela sociedade dominadora (Oliveira; Candau, 2010).

Segundo Walsh (2009), a decolonialidade constitui uma frente de luta contra a violência gerada pelo tratamento desigual entre os seres humanos. Essa estrutura foi oficializada por uma ciência colonial que legitimou a colonização iniciada no século XV na América Latina e, posteriormente, expandida globalmente.

Biodiversidade como Construção Sociocultural

Ela vai além de uma visão apenas biológica, sendo entendida como uma combinação e fatores sociais e ambientais, também chamada de bio-sociodiversidade (Albuquerque, 2013) ou patrimônio biocultural (Toledo, 2013). Essa perspectiva reconhece às diferentes culturais, linguísticas, conhecimentos e práticas que as criaram e mantêm. Durante o período colonial, essa biodiversidade foi vista principalmente como um recurso natural a ser explorado, o que acabou afastando as comunidades das suas relações mais profundas e tradicionais com a terra.

De acordo com Palermo (2019), o período pós-colonial foi marcado por teorias tendenciosas que, ao distorcerem o significado do regime anterior, criaram novos modelos de governo. Dessa época, herdamos problemas que ainda persistem, como a pobreza, a violação de direitos humanos e a desvalorização do conhecimento local, incluindo o uso tradicional de plantas medicinais (Escobar, 2014). Essa lógica perpetua o que se denomina colonialidade do saber, um sistema que continua a classificar e hierarquizar o mundo a partir de matrizes eurocêtricas de dominação (Mignolo, 2003).

Por outro lado, David *et al.* (2020) ressaltam que os conhecimentos tradicionais oferecem contribuições fundamentais à ciência. A integração entre o saber científico e os conhecimentos

locais é essencial não apenas para a salvaguarda cultural, mas também para a conservação da biodiversidade, especialmente no manejo e preservação de plantas medicinais.

Alguns pesquisadores entendem diversidade biológica como a riqueza e a multiplicidade do mundo natural; isto é, a variedade de organismos de diferentes origens - terrestres, aquáticos e aéreos - e os conjuntos ecológicos aos quais pertencem (Myers *et al.*, 2000; Mittermeier *et al.*, 2004). Para outros autores, trata-se do conjunto de todos os seres vivos existentes, abarcando plantas, animais e microrganismos do planeta (Santos, 2010). Esse complexo biótico fornece alimentos, medicamentos e grande parte das matérias-primas empregadas pela indústria e destinadas ao consumo humano (Cunningham, 2001). Foi justamente graças a essa diversidade e às interações entre seus componentes que o planeta se tornou um ambiente singular e habitável (Santos, 2010).

Emancipação

Entendemos emancipação como a aptidão das comunidades para se autogovernarem, tanto no tocante ao conhecimento quanto em relação ao seu território. Ou seja, elas reafirmam seus próprios sistemas de saber, suas práticas de manejo e modos de governança, contrapondo-se às pressões extrativistas de uniformizar suas culturas e estilos de vida (Escobar, 2014). Nesse quadro, as estratégias comunitárias e os saberes tradicionais fornecem aportes essenciais ao conhecimento científico. Conforme David *et al.* (2020), a articulação entre o saber acadêmico e o conhecimento tradicional é vital não só para a proteção cultural, mas também para a conservação da biodiversidade, em especial para a preservação e o uso de plantas medicinais.

Os saberes tradicionais correspondem a conhecimentos praticados sobre uma realidade objetiva, tanto do mundo natural quanto do sobrenatural (Diegues; Vianna, 2000), e são repassados oralmente de uma geração para outra, garantindo a continuidade histórica e cultural dessas populações (Albuquerque, 2014). Frequentemente, as pessoas detentoras do saber sobre plantas medicinais ocupam lugares distintos na hierarquia social, atuando como curadores ao relacionar o emprego de espécies vegetais com rituais espirituais e com a ordenação social da comunidade (Diegues *et al.*, 2000).

METODOLOGIA

Caracterização das Áreas de Estudo

O cenário da pesquisa é o Distrito de Tsangano, situado na porção noroeste da Província de Tete, Moçambique, sob as coordenadas geográficas 15° 13' 19" S e 34° 19' 51" W (Figura 1). Estrategicamente localizado, o distrito faz fronteira com a República do Malawi a leste e ao sul, e ao norte com o Distrito de Angónia, integrando uma região com uma população estimada em 428.008 habitantes (INE, 2024).

Geograficamente, Tsangano insere-se em uma zona de transição do Planalto Central africano, com altitudes que ultrapassam os 1.300 metros. Esta topografia elevada confere à região um clima mais ameno e fresco em comparação com as áreas de depressão da Província de Tete, favorecendo o desenvolvimento de uma agricultura de relevo montanhoso que posiciona o distrito como um importante centro produtivo de alimentos (INE, 2024). Os ecossistemas predominantes são compostos por savanas e bosques tropicais que abrigam uma elevada biodiversidade de flora medicinal.

A escolha deste local justifica-se não apenas pela sua riqueza biológica, mas pela resiliência das suas comunidades; o isolamento geográfico proporcionado pelo relevo montanhoso favorece a preservação de práticas tradicionais frente à modernidade eurocêntrica e à aculturação urbana imediata.

Pesquisa idêntica foi realizada nas Comunidades Quilombolas Sete Barreiros e Pé de Galinha, em Porto Estrela/MT (Latitude 15°20'00" – 15°30'00" S, longitude 57°10'00" - 57°20'00" W) (Santos; Barros, 2017). A escolha da área se justificou pela sua população reduzida, o que viabilizou um estudo de caso profundo e detalhado, ideal para registrar minuciosamente o conhecimento tradicional.

Geomorfologicamente, a comunidade fica na Província Serrana, uma região de vales e serras paralelas formada por dobramentos e falhas geológicas (Paula; Souza; Souza, 2017). Essa cadeia de terras altas se estende por cerca de 400 km de comprimento e 40 km de largura, ligando o Pantanal de Cáceres à cidade de Paranatinga (Santos; Barros, 2017).

No aspecto hidrológico, a área integra a Bacia do Alto Paraguai, sendo banhada por três rios principais e seus afluentes: o Rio Saloba (a oeste), o Riacho Pindeiwar (ao sul) e três ribeirões (ao norte). A região conta com pequenos riachos temporários que variam entre água

doce a salobra (Valadão, 2012).

Por fim, a vegetação local reflete a diversidade do Brasil Central. A paisagem é um mosaico que varia desde campos abertos e Cerrado típico até florestas mais densas, com mata de galeria e brejos acompanhando os cursos d'água pantaneiros (Santos; Barros, 2016).

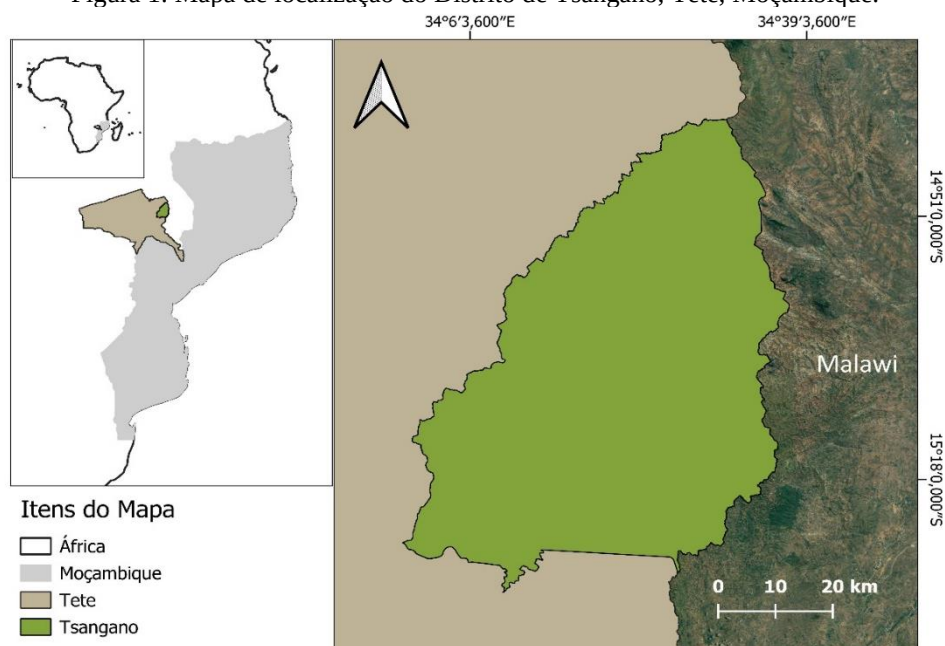
Natureza e Tipologia da Pesquisa

Esta investigação constitui um estudo de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em uma abordagem qualitativa. A opção pelo método qualitativo justifica-se pela necessidade de compreender os significados, crenças e valores atribuídos pelas comunidades de Tsangano e Sete Barreiros e Pé de Galinha ao patrimônio fito-terapêutico, transcendendo a mera quantificação de espécies (Minayo, 2014). Para a seleção dos participantes, utilizou-se a amostragem não probabilística por Bola de Neve (*Snowball Sampling*), técnica em que os primeiros entrevistados indicam novos informantes com o perfil desejado para a pesquisa, ideal para acessar detentores de saberes locais específicos (Biernacki; Waldorf, 1981).

Áreas de Estudo e Contextualização

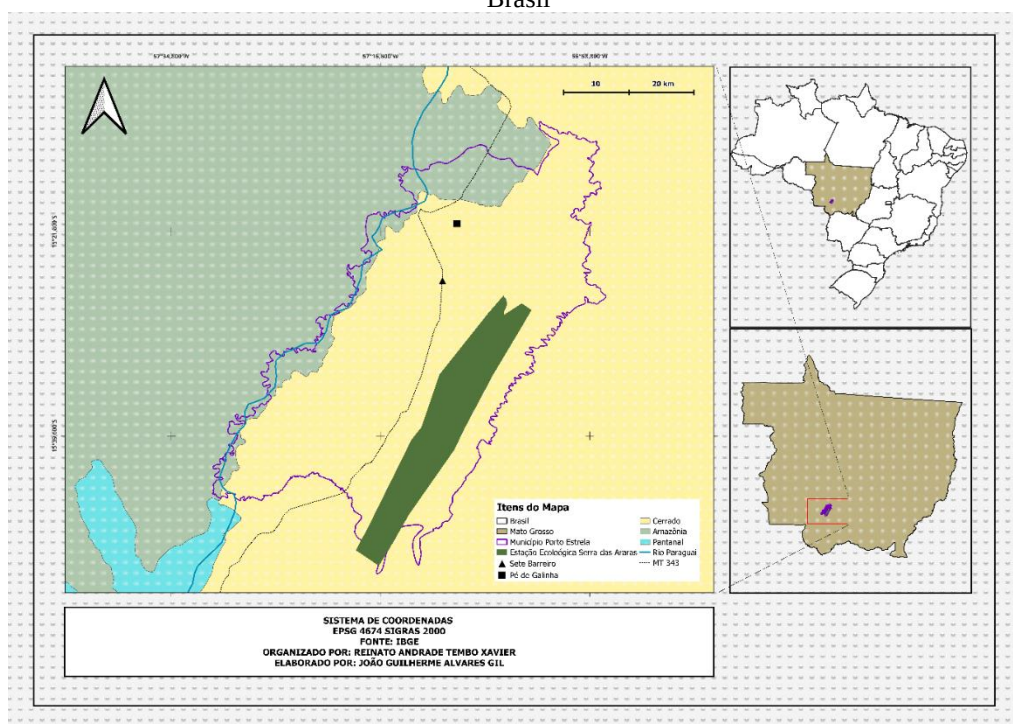
As áreas de estudo compreendem o Distrito de Tsangano, situado na região planáltica da Província de Tete, na porção centro-oeste de Moçambique e Comunidades Sete Barreiros e Sete Barreiros em Porto Estrela/MT, região Centro-Oeste (Figura 1 e 2). Esta localização geográfica é estratégica para a investigação, dada a sua transição de ecossistemas e a presença de bosques tropicais e Cerrado que abrigam as espécies medicinais citadas pelos informantes. Os mapas delimitam as fronteiras administrativas e a topografia característica que, ao isolar geograficamente as comunidades, favorece a preservação dos saberes tradicionais e atua como uma barreira contra a aculturação urbana imediata e o extrativismo epistêmico.

Figura 1: Mapa de localização do Distrito de Tsangano, Tete, Moçambique.



Fonte: Xavier, 2025, elaboração técnica: João Guilherme.

Figura 2: Mapa de localização das comunidades Sete Barreiros e Pé de Galinha no município de Porto Estrela/MT-Brasil



Fonte: Organização: Xavier, 2024; elaboração técnica: João Guilherme.

As áreas destacadas em verde na Figura 1 correspondem aos remanescentes florestais de onde provêm a maioria das espécies como a *Aspilia mossambicensis*. A proximidade com a fronteira sugere uma zona de intercambio cultural que influencia as práticas de cura e a preto as

comunidades Sete Barreiros e Pé de Galinha

Participantes e Critérios de Seleção (Amostragem)

A seleção dos participantes seguiu critérios intencionais, focando em indivíduos que detêm o saber especializado sobre a flora local. A amostragem foi viabilizada através da técnica “bola de neve” (*Snowball Sampling*), que consiste em utilizar uma rede de contatos onde os primeiros informantes indicam novos participantes com o perfil desejado, técnica esta amplamente validada por Biernacki e Waldorf (1981) para pesquisas em grupos sociais específicos. Complementarmente, utilizou-se amostragem por conveniência, pautada no reconhecimento social e na reputação dos sujeitos dentro da comunidade (Bernard, 2006). A amostra foi completa por três estratos fundamentais: Líderes comunitários que atuam como (*gatekeepers*) e detentores da autoridade moral; participantes de medicina tradicional (curandeiros): que, conforme Cunningham (2001), são os especialistas botânicos de sistemas de saúde não formais e idosos: compreendidos como os guardiões da memória oral e do patrimônio cultural. A escolha deste grupo justifica-se pela tese de Bâ (1982), que postula que, em contextos de tradição oral, a morte de um ancião equivale à queima de uma biblioteca, tornando-os fontes primordiais para a preservação do patrimônio cultural e ambiental.

Instrumentos e Procedimentos de Coleta de Dados

As incursões em campo ocorrem entre 10 de junho e 25 de setembro de 2021. Utilizou-se a entrevista semiestruturada, que permitiu um diálogo aberto enquanto garantia a cobertura de tópicos fundamentais, como: nome local da planta, indicações terapêuticas, partes utilizadas e formas de preparo. Complementarmente, foram realizadas caminhadas transversais (turnês guiadas) na floresta para a observação *in loco* das espécies mencionadas.

Para a coleta de dados sobre as plantas medicinais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete informantes-chave da comunidade, incluindo líderes comunitários, curandeiros e idosos. Nas comunidades Sete Barreiros e Pé de Galinha a coleta abrangeu a 23 entrevistados de maio/2023 a julho/2024. A identificação botânica seguiu a classificação taxonômica usual, consultando bases como *Internacional Plant Names Index* (IPNI), *World Flora Online* e Flora e Funga do Brasil.

Identificação Taxonômica e Tratamento dos Dados

A identificação botânica foi realizada através da comparação morfológica e consulta especializada. A atualização da nomenclatura oficial seguiu o sistema APG IV (Angiosperm Phyogeny Group), com checagem nas bases de dados internacionais *International Plant Names Index* (IPNI), *World Flora Online* (WFO) e Flora e Funga do Brasil.

Matriz de Análise e Perspectiva Teórica

A análise dos dados foi conduzida através da técnica de Análise de Conteúdo, orientada pela Ecologia de Saberes (Santos, 2007) e pela Opção Decolonial (Mignolo, 2003). Esta abordagem permitiu transcender o que Santos (2007) denominou de “razão indolente”, buscando visibilizar os conhecimentos que foram historicamente subalternizados pela lógica da maternidade/colonialidade.

A análise teórica baseou-se na revisão bibliográfica sobre decolonialidade e biodiversidade, estabelecendo um diálogo comparativo entre as realidades de Moçambique e Brasil. Essa abordagem fundamentou-se no conceito de ecologia de saberes, proposto por Santos e Meneses (2010), com foco na valorização do conhecimento tradicional e na urgência de se romper com a colonialidade do saber que historicamente subjugou as práticas locais do Sul Global. Ademais, o estudo alinha-se à crítica feita por Escobar (2014) ao modelo eurocêntrico de dominação da natureza, contrapondo a visão da terra como mera mercadoria à cosmovisão pluriversal das comunidades tradicionais, que articulam a preservação da biodiversidade à sua própria emancipação social e cultural.

Neste estudo, o diálogo comparativo entre as realidades de Moçambique e do Brasil foi fundamentado na compreensão de que ambos os territórios partilham cicatrizes do projeto colonial que impôs uma hierarquia de saberes. Segundo Quijano (2005), colonialidade do poder estabeleceu uma classificação racial e epistêmica que desqualifica os saberes tradicionais como “pré-científicos” ou “folclóricos”, um processo que Grosfoguel (2016) identifica como o cerne do epistemicídio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Biodiversidade da Região

A diversidade biológica, é fundamental para qualquer ecossistema, pois, garante a riqueza natural e comum para todos os utentes (Leopold, 1949). Em Moçambique, esta diversidade biológica não é uma exceção, é muito notória na região de Tsangano, predominantemente savanas, bosques e planaltos. Os índios nativos tentam conservá-la como os antepassados o fizeram, preservando todas as espécies de animais e de vegetais, pois, eles usaram e continuam usando as novas gerações para tratamento de várias doenças (Ostrom, 1990). O paradoxo é a invasão dos agrónomos, empresários agroindustriais, agentes económicos, que vem devastando grandes porções de terras, destruindo a floresta e a fauna, assim como, derrubando imensuráveis quantidades de árvores, para exportação de madeira em touros para países estrangeiros, nomeadamente para a China e outras regiões do continente europeu (Posey, 2004).

O tratamento dispersado pelos povos locais e os conhecimentos tradicionais sobre a vegetação condicionavam as formas de aproveitamento de animais e plantas para usos medicinais no combate às diversas enfermidades que acometiam as comunidades. Esse processo, segundo Diegues *et al.* (2000), integra o sistema de saberes tradicionais, em que a natureza funciona não apenas como recurso, mas também como suporte cultural e espiritual. Nessa perspectiva, a escolha e a utilização de recursos bióticos apoiam-se numa ciência do concreto, expressão empregada por Lévi-Strauss (1989), na qual a observação cuidadosa da flora e da fauna locais organiza a prática da medicina tradicional. Além disso, Albuquerque (2010) enfatiza que essa relação configura um complexo sistema de adaptação e cura, fundamentada na manutenção da saúde em contextos de isolamento geográfico ou cultural.

O modo de vida tradicionalmente aceito contribui para desenvolver as capacidades das pessoas de aumentar a resistência e de reagir positivamente em situações adversas relacionadas a doenças. Comunidades sem acesso a serviços médicos e a medicamentos alopáticos também demonstraram resistência psicológica em relação à saúde, sustentando sua estabilidade emocional diante das investidas ocupacionistas de terras (Oliveira *et al.*, 2017). Essa capacidade de resiliência encontra respaldo em Cunha (2009), que sustenta que os saberes tradicionais não se limitam a práticas utilitária, mas constituem sistemas de resistência que proporcionam autonomia frente às pressões externas. De forma complementar, Kopenawa e Albert (2015) mostram que,

para esses povos, a saúde está intrinsecamente ligada à integridade do território; conservar a floresta em pé representa simultaneamente um gesto terapêutico e uma salvaguarda psíquica contra o avanço predatório. Neste contexto, a eficácia simbólica discutida por Lévi-Strauss (2008) demonstra que o equilíbrio emocional e a crença nos sistemas próprios de cura funcionam como um anteparo vital contra as adversidades impostas pela falta de assistência formal.

A relação entre comunidades e empreendedores ocupacionistas deve pautar-se por proximidade, evidenciando comprometimento e responsabilidades, o que favorece o desenvolvimento local e assegura a sustentabilidade de ambos os lados (Sguarezi, 2020). Essa visão integrada é corroborada por Ashley (2002), que argumenta que a responsabilidade social precisa ir além do assistencialismo, implantando parcerias éticas capazes de fortalecer o capital social regional. Sob essa ótica, a conciliação entre agentes econômicos e sociedade civil demanda o que Freeman (2010) denomina gestão de *stakeholders*, na qual o êxito do empreendedorismo está atrelado à geração de valor para todos os atores envolvidos, incluindo lideranças comunitárias e defensores do meio ambiente. Além disso, segundo Sachs (2008), essa troca recíproca de benefícios constitui o alicerce da sustentabilidade social, garantindo que o crescimento econômico não provoque a desarticulação das estruturas sociais locais, mas contribua para seu fortalecimento.

A natureza pode e deve ser utilizada, porém de maneira sustentável, uma vez que virão outras gerações que também dependerão desses recursos para sua existência. Esse princípio de justiça entre gerações é fundamental na obra de Jonas (2006), o qual formula o imperativo de agir de forma que as consequências das ações sejam compatíveis com a comunidade de uma vida humana autêntica na Terra. Conforme indicam os indicadores de desenvolvimento, é preciso realizar diversas análises com a finalidade de aprimorar as condições de vida das pessoas em uma sociedade, promovendo o bem-estar coletivo. Ou seja, assegurar melhores condições para todas as formas de vida, englobando tanto aspectos físicos quanto atributos de vida, condições de existência, bem-estar, bom viver, êxitos positivos e outras modalidades de interação social. Nos termos de Acosta (2016), o “Bem-Viver” aparece como alternativa ao modelo de desenvolvimento tradicional, incorporando a harmonia entre sociedade e natureza dentro de uma mesma cosmologia. Os vários recursos naturais presentes nas regiões de Tsangano, Sete Barreiros e Pé de Galinha são valorizados por sua importância na economia local, refletindo a cultura, aos hábitos e as tradições da população; por essa razão, sua proteção e conservação são essenciais, uma vez que proporcionam qualidade ambiental, espaços para manifestações culturais, para

rituais, para a riqueza dos movimentos de dança, para as práticas tradicionais e para a educação (Spanholi *et al.*, 2020).

Essa relação recíproca entre os elementos naturais e o patrimônio cultural corresponde ao que Leff (2006) chama de racionalidade ambiental, em que ecologia e cultura se entrelaçam para sustentar a identidade de um povo.

A conservação da floresta do planalto de Tsangano e o cerrado da Bocaina/MT é uma responsabilidade coletiva que mobiliza líderes comunitários, integrantes da Associação dos Médicos Tradicionais de Moçambique (AMETRAMO) e os líderes das comunidades quilombolas, raizeiros, curandeiros e gestores engajados com a causa popular. Essa governança participativa corresponde ao conceito de gestão dos bens comuns proposto por Ostrom (2015), no qual a própria comunidade define normas para prevenir a degradação dos recursos. Esse ecossistema fornece recursos econômicos, sociais e culturais imprescindíveis, cuja continuidade precisa ser assegurada para as gerações vindouras. Ao longo da história, os agentes coloniais exploraram tais recursos de modo predatório, sem levar em conta a preservação desse patrimônio natural crucial para as populações locais.

Conforme Mendes (2011), a medicina tradicional enxergava a flora apenas como mercadoria a ser explorada, e não como um componente do sistema de saúde. As plantas eram exportadas *in natura* e retornavam como produtos manufaturados, vendidos à população a custos elevados (Albuquerque; Andrade, 2002). Essa dinâmica de exploração reflete o que Galeano (2010) descreve como a “divisão internacional de trabalho”, onde os territórios periféricos entregam a matéria-prima e empobrecem, enquanto os centros coloniais lucram com o valor agregado da manufatura. Entretanto, as práticas tradicionais de cura com plantas medicinais foram resgatadas e vêm se intensificando nas comunidades de Tsangano, conforme ilustra a Tabela 1 a seguir.

Tabela 1- Espécies de plantas medicinais utilizadas pelas populações de Tsangana e das comunidades quilombolas Sete Barreiros e Pé de Galinha, com suas respectivas caracterizações botânicas, etnobotânicas e etnofarmacológicas,

F/NC	NP	NV	PU	IT	FP
<i>Aspilia mossambicensis</i> (Oliv.) Wild	Girassol selvagem	Tchikundoufa	Raízes	Tuberculose	. Cortar em pedaços as raízes; Juntar e amarrar; Colocar na bilha e adicionar água (5 l);
<i>Rhamnus alaternus</i>	Espinheiro mediterrâneo	Ntsirote	Raízes	Tuberculose	. Aquecer até um ponto em que ainda se consegue colocar a mão por cima para se sentir o vapor; . Fazer bafo duas vezes por dia (4h da manhã e 16h), em 3 dias
<i>Lactuca canadiensis</i>	Alface-de-árvore	Nsamba Mafumo	Raízes	Malária	. Cortar em pedaços as raízes; Pilar até transformar em pó;
<i>Lannea triphylla</i> (Hochst. ex A. Rich.)	*	Tchimandota	Raízes	Malária	. Engolir uma colherinha e beber água 3 vezes por dia, em 7 dias; Ou Mergulhar o pó na água;
<i>Malosma laurina</i> (Nutt.) Nutt. ex Abrams	Lentisco	M'Pinge-Pinge	Raízes	Malária	. Usar a água para fazer papinha e consumir um copo 3 vezes por dia, em 7 dias.
<i>Croton flavens</i>	Folha-imperial	Ntukupako	Raízes	Malária	
<i>Tanacetum balsamita</i>	Erva de Santa Maria	Chocolo 1	Raízes	Tuberculose	. Extrair as raízes;
<i>Larrea Tridentata</i>	Creosote bush	Chocolo 2	Raízes	Tuberculose	. Queimar até não formar carvão; . Raspar e misturar com sal;
<i>Salix purpurea</i> L.	Salgueiro	Nhangaissa	Raízes		. Lamber o pó 3 vezes por dia, em 7 dias; . Cortar em pedaços as raízes; . Ferver;
<i>Grewia monticola</i>	cravo-do-maranhão	Tinho	Raízes	Malária	. Beber 3 goles da água, 3 vezes por dia, em 7 dias. . Extrair as raízes;
<i>Zygophyllum fabago</i> L.	Alcaparra síria	Chicongue	Raízes	Malária	. Juntar as raízes; . Ferver e fazer bafu 2 vezes por dia, em 4 dias
Plantas coletadas nas Comunidades Quilombolas Sete Barreiros e Pé de Galinha					
<i>Aloe arborescens</i> Mill.	Babosa		Folha	Ferida, Câncer e várias doenças	Ferver, tomar 1 copo 3xdia
<i>Astronium urundeuva</i> (M.Allemão) Engl.	Aroeira-preta		Folha	Cicatrizante	Ferver, e fazer compressas, lavar com a folha a ferida
<i>Ruta graveolens</i> L.	Arruda		Folha	Cólicas, mau olhar	Misturar com quina, ferver/infusão e tomar 1 copo americano 3xdia,
<i>Morus alba</i> L.	Amora		Folha	Menopausa	Chá
<i>Cololobus argenteus</i> M.Monge & Semir	Algodão-do-campo		Folha	Infecções, inflamação	Mistura (vassourinha, erva-santa) e fazer o suco.
<i>Gossypium barbadense</i> L..	Algodão		Folha	Fraqueza, inflamação, cólicas	Suco, liqueficar e tomar 2-3xdia

<i>Ocimum gratissimum</i> L.	Alfavaca-brava	Folha	Infecções nos rins, fígado, garganta, estômago, câncer	Chá
<i>Baccharis aracatubensis</i> Malag.	Alecrim	Folha	Ansiedade, calmante	Chá/infusão
<i>Carica papaya</i> L.	Mamão	Flor	Icterícia	Chá
<i>Persea americana</i> Mill.	Abacate	Folha	Infecção urinária	Infusão
<i>Musa paradisiaca</i> L.	Bananeira	Umbigo	Estanca sangue na ferida fresca	Corte no umbigo e colocar a seiva no fermento
<i>Handroanthus serratifolius</i> (Vahl) S.Grose	Ipê-amarelo-da-mata	Casca	Inflamação, gripe, bronquite	Chá, ferver a casca
<i>Anacardium occidentale</i> L.	Cajueiro	Casca	Diabete, cicatrizante	Chá
<i>Hancornia speciosa</i> Gomes	Mangaba	Casca	Dengue	Ferver e tomar 1 copo 2xdia
<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess.	Pequi	Casca	Inflamação	Ferver e bochechar para desinflamar gengivas
<i>Cenostigma macrophyllum</i> Tul.	Faveira	Casca	Osteoporose	Colocar na água e massagear o corpo
<i>Tabebuia roseoalba</i> (Ridl.) Sandwith	Ipê-branco	Casca	Gastrite	Colocar em 1 litro de água e deixar na geladeira e tomar 1copo 3xdia
<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. ex DC.) Mattos	Ipê roxo	Casca	Tumor	Chá
<i>Schinus lentiscifolia</i> Marchand	Aroeira-de-campo	Casca	Inflamação	Colocar 3 pedaços de casca na garrafa de vinho e tomar 1 doze 2xdia

* Nome vulgar varia de região para região

Nota: F = Família; NC = Nome Científico; NP = Nome Popular; NV = Nome Vernacular. IT = Indicação Terapêutica; PU = Parte Usada; FP = Forma de Preparo.

Fonte: Dados da pesquisa 2021-2024. Autoria própria 2026

Muitas terras dos nativos, ficaram desflorestadas pelos colonizadores para a prática de agricultura em grande escala e não montaram uma indústria processadora e transformadora (Polanyi, 1944; Shiva, 2003). Faziam o uso desenfreado da terra para estabelecimento de pastagem e a produção de alimentos, para biocombustíveis, culturas de rendimento, terras propiciadas para estabelecimento de exploração agrícola. Concomitantemente, houve um verdadeiro epistemicídio, onde os saberes tradicionais, inclusive o profundo conhecimento sobre o uso de plantas medicinais, foram desmazelados e desrespeitados em favor de uma monocultura da mente voltada para o lucro (Shiva, 2003). Essa dupla violência, ecológica e cognitiva, ainda hoje estrutura conflitos em territórios tradicionais.

O saber local acumulado pela população, forma no seu todo, uma poderosa ferramenta a partir da qual, os evolucionistas e conservacionistas, se basearam para prever ações a serem tomadas e recuperarem as suas tradições locais (Albuquerque; Andrade, 2002). Atualmente, existe uma resiliência ao novo invasor de floresta, o comerciante chinês, que imprudentemente, derruba árvores de valor medicinal, que levaram muitos anos para atingirem os tamanhos maiores, e se reverteram os papéis depois da revolução, que culminou com a retirada dos colonizadores portugueses (Escobar, 2014).

A vida das comunidades mudou significativamente após a descolonização, pois os esforços governamentais têm gerado frutos ao implantar projetos como “um líder, uma floresta”, além de estabelecer projetos agropecuários de sucesso e delimitar áreas específicas para a prática da agricultura e leis de proteção da floresta (Marzoli, 2007). Toda essa dinâmica de gestão territorial e salvaguarda ambiental encontra-se amplamente documentada pelas ONGs e nos serviços de extensão e aconselhamento comunitário (Sguarezi, 2020).

A região é propensa a fenômenos naturais, o governo mantém as comunidades informadas, para evitar desastres naturais e perda dos seus tradicionais patrimônios culturais (lugares específicos para as práticas curativas tradicionais), e, de modo geral, o povo se organiza em associações para a prática agrícola de acordo com o tipo de variedade cultural em uso no local (Moçambique, 2014). Essa vulnerabilidade ambiental exige o que Wisner *et al.* (2004) definem como o fortalecimento da capacidade de resposta local, onde a informação governamental deve se fundir aos saberes tradicionais para garantir a resiliência. No que tange à proteção dos locais de cura, Icomos (2017) destaca que a preservação de paisagens culturais é indissociável da sobrevivência física das comunidades que as habitam. Ademais, a organização em associações agrícolas mencionada reflete a importância do capital social; para Putnam (2000), esse tipo de engajamento cívico em associações locais é o que permite a

manutenção da estabilidade econômica e social frente a crises externas, como as variações climáticas que atingiram o planalto.

Contextualização comparativa: Moçambique e Brasil

Tabela 2 – Mostrando a pesquisa que se justifica pela potente comparação Sul-Sul

Dimensão	Moçambique	Brasil	Ponto de diálogo Decolonial
História Colonial	Colonização portuguesa; independência em 1975; guerra civil com impactos ambientais	Colonização portuguesa; escravidão massiva; Independência em 1822; forte presença de povos indígenas e afrodescendentes.	Lusofonia e violência colonial comum. A naturalização da exploração como destino dos territórios.
Biodiversidade	Hotsport de biodiversidade (Maputaland-Pondoland); savanas, florestas miombo; conhecimento tradicional pouco documentado.	Megadiversidade (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica); ampla (porém ameaçada) documentação etnobiológica.	Saberes tradicionais sob pressão: pela agricultura industrial, megaprojetos e pelas próprias políticas de conservação que deslocam comunidades.
Conflitos Atuais	Land grabbing, prospecção de gás e minérios, parques de conservação que excluem populações locais.	Agronegócio, mineração hidrelétricas, marco temporal; criminalização de lideranças.	Neoextrativismo como continuidade da colonialidade. A resistência se dá pela reexistência (Calado, 2020) e pelo etnoconhecimento.
Agentes de Emancipação	Comunidades camponesas, ciradores tradicionais (<i>nyangas</i>), organizações de base	Povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinha, quebradeiras de coco, movimentos socioambientais	Protagonismo dos saberes locais: a emancipação se constrói na defesa ativa

Fonte: Xavier, 2025

Matriz Argumentativa

A presente estrutura argumentativa apoia-se na ideia de que os processos de emancipação biocultural, evidenciados em Moçambique e no Brasil, representam expressões concretas da decolonialidade (Porto-Gonçalves, 2006). Esses processos assentam-se em três eixos principais: inicialmente, a compreensão de que os saberes tradicionais sobre flora, fauna e ecossistemas constituem formas legítimas de ciência no campo da Etnobiologia (Albuquerque, 2014). Em segundo lugar, práticas comunitárias de manejo, como sistemas agroflorestais e modos tradicionais de gestão ambiental, passam a ser reconhecidas como alternativas sustentáveis ao paradigma de desenvolvimento predatório (Sguarezi, 2020). Por último, a proteção do território associa-se de maneira inseparável ao reconhecimento dos conhecimentos locais, resultando na adoção de mecanismos jurídicos e políticos de

salvaguarda, como os Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada (PCLPI) (Organização Internacional de Trabalho, 2011) e iniciativas de educação comunitária destinadas à manutenção da memória ancestral (Reigota, 2017).

Ademais, a disputa pelo território está vinculada ao reconhecimento de conhecimentos tradicionais, fomentando o que Santos (2007) denomina justiça cognitiva. Tal dinâmica resulta na elaboração de novas instituições e mecanismos de proteção, como os Protocolos de Consulta, e reforça a passagem intergeracional dos saberes. Essa libertação biocultural assegura que a biodiversidade seja encarada não apenas como um recurso, mas como um patrimônio coletivo e sagrado, vital para a autonomia alimentar e medicinal das comunidades (Toledo, 2013).

O saber tradicional nestas regiões não é apenas um conjunto de práticas ancestrais, mas uma ferramenta ativa de resistência contra o extrativismo epistêmico – termo cunhado por Leanne Simpson (2014) e discutido por Grosfoguel (2016) para descrever a apropriação de conhecimentos indígenas e tradicionais descontextualizados de suas raízes espirituais e políticas para fins de acumulação capitalista.

A confrontar a dominação eurocêntrica da natureza, este artigo recorre à noção de Pachamama e aos direitos da natureza, dialogando com Walsh (2013). Para a autora, o pensamento decolonial deve ser um projeto pedagógico que promove a interculturalidade crítica, desafiando a visão de natureza como recurso inesgotável. Assim, a resistência dos povos locais em Moçambique e no Brasil é interpretada como uma insurgência epistêmica que propõe novas formas de relação com o mundo, pautadas na reciprocidade em vez da dominação (Escobar, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Examinar a biodiversidade a partir de uma perspectiva decolonial nos contextos moçambicano e brasileiro requer investigar de que forma retomada do conhecimento e do território se configura como um gesto político de libertação. Esse enquadramento teórico não se limita a procedimentos teóricos; ele ressalta também possibilidades futuras a partir das cosmovisões de povos que, historicamente, viveram em interação estreita com a diversidade biológica. Em Moçambique e no Brasil, mais precisamente no distrito de Tsangano e territórios quilombolas de Porto Estrela, o legado colonial atuou por meio da desvalorização dos saberes locais e da apropriação violenta de terras, impondo uma noção civilização que

encobre a exploração econômica e o desrespeito às práticas tradicionais de saúde. A dominação europeia buscou silenciar as estruturas políticas, administrativas e culturais dessas comunidades, impondo a subalternização de seus modos de vida e tradições.

O estudo decolonialidade e da biodiversidade em Moçambique especialmente em Tsangano e em territórios quilombolas no Brasil, traz relevância a como as sociedades eram organizadas e à subalternidade atribuída aos nativos pelos colonizadores. A usurpação de terras aradas, o desflorestamento causado pelos europeus e a desvalorização dos saberes nativos incutiam uma ideia de civilização que camuflava a exploração do povo. Houve um profundo desrespeito pelas práticas tradicionais com plantas medicinais que, antes da chegada dos colonizadores, resolviam vários problemas de saúde do povo e minimizavam o sofrimento das comunidades.

A plenipotência europeia exerceu dominação em várias esferas da vida comunitária desde aspectos políticos, administrativos, econômicos e culturais, forçando a assimilação de crenças estrangeiras e a desvalorização dos hábitos e costumes moçambicanos e brasileiros. Destaca-se a falta de consideração pela mulher e os abusos sofridos em todos os sentidos, inclusive na marginalização dos seus saberes no uso de plantas para curas, cuidados alimentares e tratamentos estéticos. Todos esses conhecimentos foram postos à margem e para serem esquecidos. No entanto, o povo manteve sua consciência, rebelou-se contra as amarras e criou movimentos libertadores.

Atualmente, é visível o envolvimento e empoderamento de mulher e homens que praticam tratamentos com plantas medicinais em vários sectores da atividade econômica e social, exercendo suas funções livremente. Os raizeiros e curandeiros encontram-se organizados em associações para curar a população e manter viva a cultura tradicional que outrora foi proibida. Embora marcas simbólicas da herança colonial ainda permanecem, grande parte desse apagamento está sendo revertida.

Os saberes locais, estão sendo valorizados e implementados no tratamento de doenças infecciosas, ferimentos, estética corporal e uma série de problemas cotidianos. A população recorre regularmente a esse recurso natural por ser eficaz, de fácil acesso e sem custos monetários exorbitantes. O desafio atual reside em manter e conservar esse patrimônio de forma sustentável para as próximas gerações. Ao utilizarem as plantas medicinais também na atividade comercial diária, as comunidades transformam esse recurso em sustento e rendimento familiar, demonstrando que existe nesses territórios uma resistência à colonização eurocêntrica que dialoga com os princípios de decolonialidade.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos.

À Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e ao seu Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) pela oferta condigna de condições de frequentar o Curso. Agradeço também a minha família pese embora esteja longe, tece por mim todos os dias para concluir o curso com sucesso.

Agradeço a Deus todo poderoso que ilumina a minha alma, concedendo-me a coragem e determinação ao longo da caminhada.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ALBUQUERQUE, U. P. (org.). **Introdução à Etnobiologia**. 2. ed. Recife: NUPEEA, 2014.

ALBUQUERQUE, U. P. **Etnobiologia**: bases ecológicas e evolutivas. Recife: NUPEEA, 2010.

ALBUQUERQUE, U. P. **Etnobiologia**: bases ecológicas e evolutivas. 2 ed. Recife: Nupeea, 2013.

ALBUQUERQUE, U. P.; ANDRADE, L. H. C. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de Caatinga no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil, **Acta botânica Brasilica**, Feire de Santana, v. 16, n. 3, p. 273-285, 2002.

ASHLEY, P. A. (org.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BÂ, A. H. A tradição viva. In: MAZARUI, A. A. (Ed.). **História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

BANDEIRA, R. A. M.; ALBINO, J. C. M.; MAGALHÃES, P. C. T. **Logística militar: uma análise do transporte de suprimentos em operações de paz**. Rio de Janeiro: ECEME, 2001.

BERNARD, H. R. *Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches*. 4. ed. Oxford: AltaMira Press, 2006

BIERNACKI, P.; WALDORF, D. Snowball sampling: Problems and techniques of chain referral sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10, n. 2, p. 141-163, 1981.

BUSCHI, S. et al. **Sistemas de informação aplicados à gestão da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

CASIMIRO, I. M. A. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento de raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2002.

CUNHA, M. C. **"Cultura" com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CUNNINGHAM, A. B. **Applied Ethnobotany: People, Wild Plant Use and Conservation**. Londres: Earthscan Publications, 2001.

DAVID, M.; SILVA, C. J.; ALCÂNTARA, L. C. S.; SGUAREZI, S. B. Conhecimento Tradicional em Comunidades do Cerrado Mato-Grossense: Um estudo bibliométrico. **Revista Biodiversidade**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 110-129, 2020.

DIEGUES, A. C. et al. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A. C.; VIANNA, L. P. (org.). **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2000.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones Unaula, 2014.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: Racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25–49, 2016.

ICOMOS. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Declaração de Florença sobre o patrimônio e a paisagem como valores humanos**. Florença: Icomos, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Moçambique). Delegação de Tete. **Estatísticas do Distrito de Tsangano, 2019–2023**. Tete, 2024.

JONAS, H. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reafirmação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEOPOLD, A. **A Sand County Almanac**: and sketches here and there. New York: Oxford University Press, 1949.

LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia Estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 1989.

MARZOLI, A. **Inventário Florestal Nacional**. Maputo: Ministério da Agricultura, Direcção Nacional de Terras e Florestas, 2007.

MENDES, J. **Manual de cultivo de plantas medicinais**. Uberlândia: Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2011.

MIGNOLO, W. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MITTERMEIER, R. A. et al. **Hotspots Revisited**: Earth's Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecoregions. Cidade do México: CEMEX, 2004.

MOÇAMBIQUE. Governo de Moçambique. **Relatório de Monitoria do Plano Económico e Social de 2014**. Maputo: GM, 2014.

MOÇAMBIQUE. Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER). **Avaliação do estado, tendências e ameaças à biodiversidade em Moçambique**. Maputo: MITADER, 2018.

MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, v. 403, n. 6772, p. 853-858, 2000.

OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n.1, p. 15-40, 2010.

OLIVEIRA, W. A. et al. Saúde do escolar: uma revisão integrativa sobre família e bullying. *Revisão Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 5, p.1553-1564, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção n. 169 sobre Povos Indígenas e Tribuais**: Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Lima: OIT, Escritório Regional para a América Latina e o Caribe, 2011.

OSTROM, E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PALERMO, Z. et al. Zulma Palermo: a opção decolonial como um lugar-outro de pensamento. Entrevista concedida a [SPYER, T.; LEROY, H. R.; NAME, L.]. **Revista Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 3, n. 2, p. 44-56, 2019.

POLANYI, K. **The Great Transformation**: the political and economic origins of our time. New York: Rinehart & Company, 1944.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios*. **Interações**, Campo Grande, v. 7, n. 11, p. 65-88, 2006.

POSEY, D. A. **Indigenous knowledge and ethics**: a Darrell Posey reader. Edited by Kristina Plenderleith. London: Routledge, 2004.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a herança das tradições cívicas na Itália moderna. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2000. (*Obra clássica que explica por que associações locais são a chave para o sucesso de uma região*).

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 117-142, 2005.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

RIBEIRO, M. B. et al. Plants of local importance in the community of Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Rio de Janeiro, Brazil. **Economic Botany**, v. 64, n. 4, p. 308-321, 2010.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, B. S. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78, p. 3-44, 2007.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, F. S. A importância da biodiversidade. **Revista Científica de Educação a Distância**, Rio de Janeiro, edição especial, p. 1-12, 2010.

SANTOS, F. S. **Biodiversidade**: a importância da variedade de vida para a sobrevivência humana. São Paulo: Unimes, 2018.

SGUAREZI, S. B. **Autogestão e Economia Solidária**: Limites e Possibilidades. Cáceres Unemat Editora, 2020, Brasil.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, V. **Terra viva**: biodiversidade, mulheres e natureza. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Instituto Gaia, 2002.

SHIVA, V. The impoverishment of the environment: women and children last.

Environmental Ethics, v. 10, n. 4, p. 293-303, 1988.

SIMPSON, L. B. Land as pedagogy: Nishnaabeg intelligence and rebellious transformation. **Decolonization: Indigeneity, Education & Society**, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 1-25, 2014.

SPANHOLI, M. L. et al. A perda de biodiversidade e a relação das comunidades locais com o meio ambiente no sistema de lagos Chacororé–Sinhá Mariana. **Revista de Estudos Ambientais**, Cuiabá, v. 22, n. 1, p. 45-58, 2020.

TOLEDO, V. M. El paradigma biocultural: crisis ecológica, modernidad y culturas tradicionales. **Sociedad y Ambiente**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 50-60, 2013.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación decolonial. In: SEMINARIO INTERCULTURALIDAD Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL, 2009, La Paz. **Anais [...]**. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, p. 1-18, 2009.

WALSH, C. Lo decolonial como proyecto político-pedagógico. In: **Lo decolonial y el giro descolonial**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2013.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Abya-Yala, 2013.

WISNER, B.; BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVIS, I. **At Risk**: natural hazards, people's vulnerability and disasters. 2. ed. London: Routledge, 2004.

XAVIER, R. A. T.; SILVA, G. B.; LIMA, R. A. Resgate, uso e conservação de plantas medicinais na comunidade de Cristalândia, Humaitá-AM. **Revista Ensino, Saúde e Biotecnologia**, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2021.